

Aglomeraco industrial e meio ambiente em debate: o caso do segmento têxtil-vestuarista da microrregião do Alto Vale do Itajaí – Santa Catarina

*Elaine Cristina de Oliveira Menezes**
*Paulo Henrique Freire Vieira***

Artigo

Resumo

Este artigo focaliza a gnese e as transformaes operadas no segmento industrial têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí, a partir do início dos anos 1990. Busca-se caracterizar e avaliar os principais impactos socioambientais desse segmento. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, aliando as técnicas de entrevistas semiestruturadas à aplicao de questionários. Os resultados do estudo demonstraram que a aglomerao industrial em questão  caracterizada como informal, verificando-se a ausência de uma governança em parceria, fruto do baixo grau de cooperao existente entre e intrafirmas. Além disso, a pesquisa demonstrou limitaes relacionadas à articulao da atividade industrial têxtil-vestuarista com a questão socioambiental e o longo prazo. Do ponto de vista socioambiental, a ao dessa atividade, no território, reflete-se não são a partir de inúmeros impactos biofísicos, mas também sociais. Foram apontadas, todavia, margens de manobra que sinalizam para a internalizao gradativa da dimensão socioambiental entre os atores locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial sustentável, aglomerao industrial, impacto socioambiental.

* Graduada em Ciências Econmicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), mestre em Administrao pela Universidade Federal de Santa Catarina (2002) e doutora em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Vale do Itajaí (Itajaí). Endereço eletrnico: eoliveira.menezes@gmail.com.

** Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Doutor em Ciência Política pela Ludwig-Maximilians Universitt München, Alemanha. Professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq. Coordena o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento (NMD), vinculado ao Programa de Pós-Graduao em Sociologia Política da UFSC. Endereço eletrnico: vieira.p@cfn.ufsc.br.

Introdução

O complexo industrial têxtil-vestuarista contribuiu significativamente para o processo de formação socioeconômica do Estado de Santa Catarina. Esse complexo industrial é, com efeito, parte de um segmento tradicional e vem, nas últimas décadas, conforme Lins (2005), sofrendo inúmeras transformações em função da abertura econômica e das pressões do mercado mundial, o que culminou na reconfiguração da atividade dentro do seu próprio território. Importa salientar que essa reconfiguração acarretou o processo de interiorização do segmento, especialmente do Médio Vale em direção ao Baixo e Alto Vale do Itajaí, bem como para outras macrorregiões do estado de Santa Catarina.

Evidencia-se que todas essas transformações vêm, também, sendo alvo de inúmeras discussões sobre o esgotamento do chamado *modelo de desenvolvimento catarinense* (VIEIRA & CUNHA, 2002; LENZI, 2000). Esse debate é, de fato, reflexo dos desafios que são colocados às estruturas produtivas atuais, uma vez que os padrões de desenvolvimento requerem do setor produtivo uma perspectiva mais ampla de atuação, que contemple aspectos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais do desenvolvimento. Diante dessas constatações, buscou-se refletir, neste trabalho: “Quais são os entraves existentes, dentro do quadro de evolução da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí, à incorporação das preocupações com a dimensão socioambiental do desenvolvimento? Assim, a partir da questão central da pesquisa, procurou-se identificar os fatores condicionantes do surgimento e da evolução da atividade têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale Itajaí; aprofundar sua estrutura, organização e modos de coordenação, além de avaliar os aspectos relativos aos principais impactos socioambientais gerados por esse segmento.

Tendo isso em vista, apresenta-se uma visão cursiva da metodologia e do enfoque analítico adotado, bem como os resultados subdivididos nas seguintes seções: trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e estrutura da aglomeração industrial têxtil-vestuarista; padrões de articulação do aglomerado

têxtil-vestuarista; impactos socioambientais dessa indústria; e, por fim, as principais conclusões.

1. Aspectos metodológicos

Este estudo é do tipo empírico e vale-se de um arcabouço teórico para norteá-lo. Caracteriza-se, também, como um estudo exploratório-descritivo-analítico. Exploratório-descritivo, pois pretende descrever as características do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987). Objetiva-se, ainda, não apenas configurar e diagnosticar a organização do segmento de confecções da microrregião do Alto Vale do Itajaí, mas também identificar os impactos socioambientais da atividade têxtil-vestuarista sobre o território, as dificuldades e as potencialidades das empresas em internalizar os custos sociais dessa atividade. Analítico, pois está fundamentado pela matriz teórico-metodológica do Desenvolvimento Territorial Sustentável, recuperando elementos de uma abordagem qualitativa e quantitativa.

No que tange aos aspectos qualitativos, verifica-se a participação de 86 atores-chave entrevistados. Dentre esses atores-chave selecionados, constam: representantes de instituições municipais – prefeituras e associações empresariais de 12 municípios, cuja participação do segmento vestuarista no emprego formal total do município seja superior a 12% (RAIS, 2006); representantes de instituições regionais como secretarias de desenvolvimento regional, associações de municípios, ONGs, órgãos ambientais, instituições de ensino e formação ligadas ao setor; representantes de outras instituições, como empresas do setor, sindicatos, faccionistas – formais e informais, agricultores.

Quanto aos elementos quantitativos, a pesquisa também contou com a aplicação de 53 questionários junto às empresas dessa microrregião, o que possibilitou a complementação dos dados obtidos por meio de entrevistas, cuja seleção e amostragem estão contempladas na Tabela 1:

Tabela 1: População e amostra de estabelecimentos dos municípios com maior participação do setor de confecções no emprego formal do Alto Vale do Itajaí

Tamanho dos estabelecimentos	População*	Amostra	Empresas participantes
Micro	242	31	13
Pequeno	152	19	38
Médio	5	1	2
Total	399	51	53

Fonte: RAIS (2006).

* Dados de 2005.

Evidencia-se que a seleção dos atores-chave pesquisados e da amostra de empresas cujo questionário foi aplicado deu-se pelo fato de a região do Alto Vale do Itajaí comportar um número grande de pequenos municípios; são, no total, 28 e, em muitos deles, há grande presença desse segmento. Além disso, a preocupação era a de conhecer a realidade desse segmento e contemplar a maior abrangência de informações possível. O intuito era, efetivamente, compreender melhor o fenômeno pesquisado, embora se reconheça a complexidade de estudos sobre o desenvolvimento territorial sustentável, e também identificar, com maior clareza, os reflexos dessa aglomeração para o desenvolvimento da região. É preciso, também, destacar que, dos 28 municípios que compreendem o Alto Vale do Itajaí, apenas 12 foram selecionados para a consecução do estudo empírico, pois neles estão situadas 85% das empresas em atividade atualmente. Além desses procedimentos metodológicos, a pesquisa contou com a contribuição de dados secundários, especialmente com a obtenção de informações em trabalhos de pesquisa já realizados na área em questão, bem como de informações obtidas em periódicos, revistas, jornais, entre outros.

A análise e a interpretação dos dados contemplaram, efetivamente, as seguintes etapas: i) *descritiva*, que é relativa à trajetória de desenvolvimento socioeconômico da microrregião e da aglomeração industrial, apontando para suas características socioeconômicas; ii) *explicativa*, que buscou integrar a avaliação dos padrões de interações existentes entre as empresas desse aglomerado e entre as empresas e instituições de apoio, bem como a avaliação dos prin-

cipais impactos socioambientais dessa indústria sobre o território; iii) *prospectiva* em que se buscou avaliar os principais obstáculos gerados pela aglomeração industrial ao desenvolvimento do território, os possíveis espaços de manobra que poderiam reverter os problemas sociais e ambientais gerados por essa indústria. Em vista disso, apresentam-se, a seguir, os principais aportes teóricos que sustentaram e fundamentaram a análise desta pesquisa.

2. Integração da problemática socioambiental no discurso sobre aglomerações industriais

O interesse crescente, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, pela compreensão da dinâmica de funcionamento dos sistemas produtivos em âmbito local esteve atrelado a inúmeras mudanças surgidas no ambiente econômico globalizado. Essas transformações apontam, evidentemente, no sentido da superação do modelo fordista mediante novas formas de organização industrial. Importa salientar que a primeira mantinha, nas unidades fabris de grande porte, o ponto de referência central para uma reorganização produtiva; e a segunda tomou por base as dinâmicas locais, sendo a experiência italiana o ponto de partida de uma mudança paradigmática.

Buscando resgatar os principais aspectos desse segundo tipo de organização industrial, a pesquisa bibliográfica revelou que os Sistemas Produtivos Locais - SPLs constituem: i) estágios avançados de evolução de determinadas aglomerações industriais, cujos espaços recebem inúmeras forças de atração, combinadas a uma atmosfera sociocultural propícia à consolidação de relações que vão além do campo econômico; ii) são formados, também, por instituições locais que permitem a sustentabilidade dessa organização industrial no tempo, perante as constantes crises econômicas em escala mundial (COURLET & SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). Desse modo, essa combinação entre mercado e reciprocidade deu lugar a uma prática, a uma realidade territorial na qual o componente identitário se destaca, colocando em xeque um dos princípios básicos da economia política clássica: a separação entre o econômico e o social. As primeiras experiências, reconhecidas internacionalmente, desse tipo de dinâmica industrial foram os distritos industriais italianos.

Não se pode, entretanto, menosprezar o peso das controvérsias científicas suscitadas pelos estudos sobre as experiências da *Terza Itália*. Nessa perspectiva, observou-se que, de acordo com Veiga (2006), tais discussões não chegaram a evidenciar, necessariamente, as razões da existência de maior ou menor dinamismo econômico em territórios específicos. Além disso, a experiência italiana está inserida numa dinâmica que, em alguns casos, não poderá ser extrapolada para todas as localidades ou países do mundo. No caso italiano, verifica-se “[...] uma fortíssima correlação entre a distribuição espacial da economia ‘difusa’, que caracterizava suas províncias mais dinâmicas, e a intensidade das formas familiares de agricultura” (VEIGA, 2006, p. 09). Obviamente, constata-se aqui a presença de componentes específicos de uma organização municipal da região Centro-Norte italiana, a qual tem origem na Idade Média, com importante divisão territorial do trabalho entre cidade e campo, o que acabou por propiciar um ambiente favorável a esse tipo de dinâmica territorial.

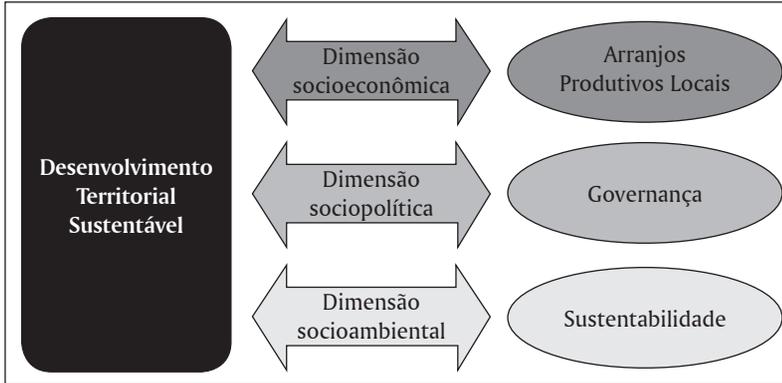
Ressalta-se que, apesar de seus limites, a experiência italiana pode ser tomada como exemplo de uma estratégia exitosa de industrialização descentralizada e endógena. Essa experiência resgata, com efeito, aspectos importantes da vida econômica em “sociedade”. Assim, os modos de regulação e de governança são elementos-chave para se pensar esse tipo de organização territorial, que ultrapassa os limites da simples organização econômica do território. São esses modos de governança que constituem canais propícios à formação de uma consciência ecossocioeconômica que poderia alavancar, de fato, estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

A partir desse contexto que evidencia as noções de distrito industrial e sistema produtivo local, o enfoque analítico adotado integrou os resultados de pesquisas recentes sobre governança territorial, impactos sociais e ambientais dos sistemas produtivos e desenvolvimento territorial à discussão sobre estilos alternativos de desenvolvimento.

Cabe destacar que o conceito norteador de desenvolvimento territorial sustentável foi introduzido para designar um enfoque de planejamento e de gestão centrado na elaboração de estratégias que integram os aspectos socioeconômicos, sociopolíticos e socioam-

bientais do processo modernizador. Dentre os principais conceitos estruturantes da matriz teórico-metodológica deste estudo, foram incluídos os seguintes:

Figura 1: Estrutura conceitual do enfoque do desenvolvimento territorial sustentável



Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

Assim, as interfaces das três dimensões se integram no seio de um novo conceito (em construo) de desenvolvimento: o territorial sustentável que, segundo Vieira (2006),  concebido como um estilo de desenvolvimento sistmico que complexifica o enfoque clássico de *ecodesenvolvimento*, agregando elementos constitutivos da abordagem do desenvolvimento territorial. Nesse sentido, quando um território se aproxima da integrao dessas dimensões, conforme o exposto na Figura 1 – note-se bem que não significa a soma entre elas, mas a interface delas –, mais próximo estará de um desenvolvimento mais integrado. Como indica a Figura 1, para este estudo, a perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável mobiliza, portanto, os conceitos-chave de *arranjos ou sistemas produtivos locais*, *governança* e *sustentabilidade*.

No que diz respeito ao conceito de arranjo produtivo local, foram identificadas três linhas de aprofundamento: distritos industriais ou sistemas produtivos locais (PIORE & SABEL, 1984; COURLET & SOULAGE, 1994; BAGNASCO, 1999; BECATTINI, 1999; BENKO, 2001; COURLET, 2001), *milieu innovateur* (MAILLAT, 1995), e *clusters* (MAR-

SHALL, 1982; PORTER, 1999; SCHMITZ, 1997). Constata-se, assim, que a corrente centrada no conceito de *distrito industrial* ressalta a emergência de um tecido social propício à cooperação que esteja articulado à identidade sociocultural dos atores; já a de *milleu innovateur* tende a enfatizar os processos de inovação técnica e de aprendizagem que se estabelecem em virtude da proximidade entre as firmas; por fim, a corrente centrada no conceito de *cluster* integra as duas primeiras e enfatiza o fenômeno da competitividade das indústrias.

É importante frisar que essa elaboração conceitual remonta à discussão que teve início, na década de 1970, em torno de um padrão de organização industrial estudado por Marshall na Inglaterra, o que contribui, sobremaneira, para a maturação do conceito de desenvolvimento territorial. É preciso, ainda, destacar que, no Brasil, as dinâmicas das aglomerações industriais são, muitas vezes, denominadas “arranjos produtivos locais – APL” (LEMOS, 2003; LASTRES & CASSIOLATO, 2003). Desse modo, a mobilização do conceito de APL surge da contribuição das três abordagens destacadas anteriormente. Esse tipo de organização industrial é, contudo, definido de forma a adaptá-lo à realidade brasileira; e, para isso, toma-se por base a contribuição de pesquisadores brasileiros vinculados à RedeSist, bem como de pesquisadores franceses que operam com o conceito de sistema produtivo local (COURLET & SOULAGE, 1994; COULET, 2001; LASTRES & CASSIOLATO, 2003).

Nessa perspectiva, um arranjo é definido como uma aglomeração produtiva territorial em estágio intermediário de evolução; e um SPL, como o último estágio do ciclo de vida de um APL, ou seja, de um sistema produtivo local que pode ser definido como uma configuração de empresas. São, geralmente, micro e pequenas empresas – MPes, as quais estão reagrupadas em um espaço de proximidade em torno de uma atividade na qual as empresas conservam as relações entre elas e o meio sociocultural em que estão inseridas. Tal sinergia produz, com efeito, externalidades positivas para o conjunto de empresas que a compõem, e também para o conjunto do território correspondente (COURLET & SOULAGE, 1994; COURLET, 2001). A cooperação é, por conseguinte, a base desse intercâmbio entre as empresas e significa trabalho em comum, que envolve relações de confiança mútua e de coordenação, em níveis diferenciados (COUR-

LET & SOULAGE, 1994; COURLET, 2001; LÉVESQUE, 2001; LEMOS, 2003; LASTRES; CASSIOLATO, 2003; REDESIST, 2007).

Salienta-se que o segundo eixo de aprofundamento analítico tem como base o conceito de sistema de governança, que é definido, com base em Hollingsworth (*apud* BOURQUE, 2000, p. 10), como “[...] *la totalité des arrangements institutionnels [...] qui régulent les transactions à l’intérieur et à travers les frontières d’un système économique*”¹. Em vista disso, Bourque (2000) e Levésque (2001) destacam cinco modos de governança: i) governança mercantil; ii) governança hierárquica; iii) governança estatal; iv) governança comunitária; e v) governança em parceria (associativa). Trata-se, evidentemente, de tipos ideais que sistematizam os grandes princípios da organização, mencionados na literatura. Na realidade, esses modos de governança se combinam de modo a contribuir com o sistema econômico pensado, de maneira integral e plural. Para RedeSist (2007), são consideradas apenas duas formas principais de governança em arranjos produtivos locais e que são comumente levadas em consideração nos estudos desse tipo de dinâmica: i) as hierárquicas corporativas²; e ii) a governança na forma de redes³. Nas análises incorporadas a este artigo, consideram-se, entretanto, os modos de governança definidos por Bourque (2000) e Levésque (2001), cujas tipologias recobrem um número maior de variáveis e favorecem as recombinações criativas.

Todas essas perspectivas de análise são, com efeito, coerentes e devem ser levadas em conta. Assim, com base nos estudos de caso já realizados, foram identificados espaços propícios a dinâmicas produtivas de escopo territorial. Apesar disso, existem lacunas nessas abordagens que estão sendo avaliadas, sobretudo no que tange às dificuldades de internalização da problemática socioambiental (VIEIRA, 2005; VIEIRA & CAZELLA, 2004).

1 Tradução: “[...] como a totalidade dos arranjos institucionais que regulam as transações no interior e através das fronteiras de um sistema econômico”.

2 São aquelas em que a autoridade é, claramente, internalizada dentro de grandes empresas, com real ou potencial capacidade de coordenar as relações econômicas e tecnológicas no âmbito local.

3 Caracteriza-se pela existência de aglomerações de micro, pequenas e médias empresas, sem grandes empresas instaladas, que exerçam o papel de coordenação das atividades econômicas e tecnológicas.

Evidencia-se que o terceiro eixo de análise concentra-se na avaliação de quais são os avanços e obstáculos à internalização dos custos socioambientais da atividade de produção têxtil-vestuarista. Nessa perspectiva, o conceito de avaliação de impactos socioambientais evidenciou-se produtivo para compreender o fenômeno e denota o conjunto de procedimentos que permite uma compreensão sistêmica das consequências prováveis sobre o meio ambiente biofísico e construído das atividades que levam ao crescimento socioeconômico. Segundo Sánchez (1989), a avaliação de impactos ambientais é uma forma de identificar e avaliar os efeitos físicos, biológicos e socioeconômicos de maneira a permitir uma tomada de decisão lógica e racional.

Esse instrumento pode, na verdade, desempenhar quatro papéis complementares: planejamento, auxílio às tomadas de decisão, promoção da participação pública e gestão ambiental.⁴ Vale a pena salientar que o último papel tem sido justamente o menos explorado em nosso país (SÁNCHEZ, 2006). No rol dos indicadores de percepção dos impactos socioambientais gerados pelas atividades do setor têxtil-vestuarista, foram incluídos: i) os critérios utilizados na seleção dos fornecedores; ii) os tipos de dejetos gerados e iii) as iniciativas relacionadas à adoção de métodos e de tecnologias limpas, além do enfrentamento de problemas de gestão socioambiental na microrregião em pauta.

Destaca-se, ainda, que os impactos sociais nem sempre vêm sendo devidamente considerados nas avaliações convencionais de impacto socioambiental. Enfatiza-se que uma avaliação de impacto social mais ampla deve levar em conta as dimensões da saúde coletiva, da perda da diversidade cultural, da educação, da cidadania

4 A gestão ambiental diz respeito a práticas empresariais adotadas pelas empresas que minimizam os efeitos nocivos ao ambiente causados por suas atividades. A norma ISO 14001 estabelece o sistema de gestão ambiental da organização, e assim define que a organização através de seus SGA deverá: i) avaliar as consequências ambientais das atividades, produtos e serviços da organização; ii) atender à demanda da sociedade; iii) definir políticas e objetivos baseados em indicadores ambientais definidos pela organização que podem retratar necessidades desde a redução de emissões de poluentes até a utilização racional dos recursos naturais; iv) implicar na redução de custos, na prestação de serviços e em prevenção; v) aplicar-se às atividades com potencial de efeito no meio ambiente; vi) aplicável à organização em sua totalidade (SÁNCHEZ, 2006; SÁNCHEZ, 1989).

ambiental e das questões de gênero, entre outras. No impacto social das ações produtivas, devem-se considerar todos os assuntos que afetam pessoas, diretamente ou indiretamente, seja no ambiente familiar, seja no convívio social mais amplo (VANCLAY, 2003).

Importa destacar que, para Vanclay (2003), uma opção mais consistente para conceituar os impactos socioambientais das atividades produtivas deveria considerar: i) o modo de vida e a cultura; ii) a dinâmica do sistema político; iii) a saúde e a qualidade de vida; iv) as aspirações e o potencial de autonomia ou *self-reliance*. Note-se bem que o termo *self-reliance* define, aqui, a integração dos princípios da participação e da solidariedade, visando à concretização de um estilo mais endógeno de desenvolvimento local (GALTUNG, 1977). No roteiro metodológico adotado, foram incorporados, contudo, apenas os atributos de algumas mudanças que a região vem enfrentando a partir da consolidação da atividade têxtil-vestuarista, a saber: as mudanças nas condições de trabalho e nos modos de vida em família e em sociedade, além da qualidade socioambiental.

Tendo isso em vista, por meio da utilização seletiva do instrumento de avaliação de impactos socioambientais e de trajetórias de desenvolvimento, busca-se apresentar uma visão panorâmica das repercussões da atividade têxtil-vestuarista na esfera do mercado, na gestão da qualidade de vida das pessoas e também da resiliência ecossistêmica. Nesse sentido, adota-se uma abordagem que integra as questões relativas à estrutura, à organização e à articulação empresarial e interinstitucional no debate sobre a crise socioambiental contemporânea. Assim, na seção seguinte, apresentam-se os principais resultados da pesquisa.

3. Trajetória socioeconômica do Alto Vale do Itajaí e estrutura da aglomeração industrial têxtil-vestuarista

A microrregião pesquisada é parte integrante da macrorregião do Vale do Itajaí, formada por 53 municípios que ocupam uma área de, aproximadamente, 15.000 Km² do estado de Santa Catarina. Desse modo, o Alto Vale do Itajaí compreende 28 dos 53 municípios do Vale do Itajaí. Evidencia-se que o contexto da

ocupação do Alto Vale do Itajaí, assim como o Vale do Itajaí como um todo, mobilizou a vinda de imigrantes alemães e italianos na exploração de pequenas propriedades, concentradas, inicialmente, no caso do Alto Vale do Itajaí, no município de Rio do Sul. Na época da chegada dos imigrantes, em 1850, o Vale do Itajaí, e especialmente o Alto Vale, era povoado pelos índios Xokleng. Durante o processo de ocupação e colonização, estima-se que dois terços da população indígena tenha sido dizimada. Em vista disso, os poucos remanescentes que habitam, hoje em dia, a Reserva Duque de Caxias, localizada em José Boiteux, permanecem excluídos das dinâmicas de desenvolvimento regional.

Destaca-se, ainda, que os imigrantes dedicaram-se, inicialmente, à agropecuária de subsistência e à extração vegetal (madeira). As atividades primárias impulsionaram, efetivamente, o surgimento de um parque industrial centrado na produção de alimentos e de madeira que se mantém, até hoje, em vários municípios. Além disso, a bagagem cultural trazida pelos imigrantes alemães e italianos contribuiu, significativamente, para a consolidação da trajetória de crescimento socioeconômico sintetizada no Quadro 1.

Quadro 1: Fases do processo de formação socioeconômica do Alto Vale do Itajaí

Periodização e evolução da socioeconomia do Alto Vale do Itajaí				
	1850 - 1920	1920 - 1960	1960 - 1990	1990 - 2000
Ênfase	-Processo de formação das vilas; -Economia de subsistência e cooperação (extrativismo/agricultura).	-Extrativismo madeireiro; -Agricultura e cooperativismo; -Surgimento de alguns poucos setores.	-Crise do setor madeireiro; -Busca de alternativas para a região; -Surgimento das primeiras empresas do segmento – fruto da proximidade com o Médio Vale.	-Ascensão e proliferação de MPES do setor têxtil-vestuarista; -Fortalecimentos de outros setores.
Problemas	-Indígenas; -Dificuldade de transporte.	-Indígenas; -Dificuldade de transporte e de acesso à energia elétrica.	-Êxodo das pessoas e de empresas/capitais.	-Êxodo agrícola; -Enfraquecimento da cultura e cooperativismo local.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

O Quadro 1 apresenta, evidentemente, uma síntese da trajetória de desenvolvimento do Alto Vale até os anos 2000. Constata-se que o isolamento geográfico e econômico das frentes de colonização fez com que as pessoas ali sediadas produzissem quase tudo de que necessitavam para sobreviver. Somado à economia agropecuária de subsistência, o setor madeireiro foi fortalecido pela abundância de florestas, tornando-se o principal motor da economia no período seguinte ao da colonização. A partir das mudanças na legislação ambiental e do esgotamento progressivo dos recursos florestais, o ciclo madeireiro entrou, todavia, em decadência. Desse modo, a reconfiguração socioeconômica acarretou o surgimento de outros setores, a exemplo do metal-mecânico; do têxtil-vestuarista; do madeireiro, centrado no reflorestamento com espécies exóticas; e da agroindústria; além do terciário, centrado no turismo.

A proximidade de Blumenau criou, nesse caso, condições propícias à criação e à consolidação do setor têxtil-vestuarista a partir de 1980. Insiste-se no reconhecimento da importância econômica desse setor intensivo em mão de obra, em função do aparecimento de inúmeras MPes, muitas facções informais, que entram e saem do mercado de acordo com as oscilações do ambiente econômico nacional e internacional.

Assim, a análise do funcionamento da aglomeração industrial têxtil-vestuarista foi orientada a partir de três grandes eixos: (i) o perfil das empresas locais e a divisão do trabalho entre elas; (ii) as características do mercado de trabalho e do perfil da mão de obra local; e, por fim, (iii) as mudanças tecnológicas e as dinâmicas de aprendizagem contínua. Quanto ao perfil do parque industrial, constata-se que predominam as micro e pequenas empresas – cerca de 60% do total de empresas da região –, com reduzida divisão do trabalho, ou seja, aproximadamente 83% das empresas têm suas atividades direcionadas para o segmento de confecção de peças do vestuário – exceto roupas íntimas, blusas, camisas etc. (RAIS, 2006). Muitas delas especializaram-se, sobretudo, na atividade de costura e de acabamento, conforme entrevistas com representantes do sindicato patronal, carecendo do apoio de unidades de fornecedores

especializados a jusante e a montante. Apesar disso, o índice de concentração industrial é considerável, com um coeficiente locacional superior a dois, aproximando-se muito do índice da região do Médio Vale do Itajaí (Blumenau).

No que tange ao mercado de trabalho, a pesquisa revelou, de maneira geral, que a mão de obra empregada nesse segmento é oriunda de áreas em que predomina a agricultura familiar. Verifica-se que a mão de obra disponível dispõe de um nível ainda reduzido de especialização no setor. Esse fato tem acarretado, sobremaneira, a rivalidade entre as firmas, em busca de trabalhadores cada vez mais especializados. Além desse fato, observa-se a pouca integração dos sindicatos dos trabalhadores⁵ da região no que se refere à política salarial do setor e demais questões relativas à questão trabalhista. Evidencia-se, ainda, que mercado de trabalho do setor, na microrregião, dispõe predominantemente da força de trabalho feminina⁶, em sua maioria jovens estudantes.

Quanto à densidade do processo de inovação tecnológica, constata-se que as empresas que mobilizam tecnologias de ponta convivem com aquelas que operam nos moldes tradicionais. Essa convivência gera, efetivamente, problemas de cunho estrutural do setor, que é sentida, principalmente, pelas facções informais. Destaca-se, também, a ausência de institutos de pesquisa e de desenvolvimento. Ressalta-se que as escolas de formação existentes na microrregião disponibilizam cursos de gestão, mas eles não contemplam as demandas específicas geradas pela conjuntura socioeconômica atual. No que se refere aos cursos de formação técnica, observa-se que, na maioria dos casos, eles vêm sendo realizados nas próprias empresas. Nesse sentido, do ponto de vista estrutural,

5 Os sindicatos dos trabalhadores que regulam a atividade na região são: o SIT-TEV, o Sindicato dos trabalhadores de Rodeio e o Sindicato dos trabalhadores de Agrolândia.

6 A mão de obra masculina vem, contudo, pouco a pouco ganhando mais espaço no mercado de trabalho. Conforme dados de 2006 constantes na RAIS (2007), a participação no emprego da mão de obra masculina nas microempresas é de 17,5%, seguindo de 17,2% nas pequenas e 7% nas de médio porte. (RAIS, 2007).

apesar de as empresas estarem concentradas no Alto Vale do Itajaí, elas continuam a operar bastante defasadas no que diz respeito à instrumentalização técnica. Além disso, as redes de formação e de qualificação profissional pouco têm contribuído para a consecução de sinergias entre as empresas. Assim, para complementar a análise sobre a organização desse segmento na região em foco, são apresentados, a seguir, os principais resultados quanto aos padrões de articulação e aos impactos socioambientais.

4. Padrões de articulação da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí

Como principais resultados, a pesquisa de campo reforçou o fato de que o segmento vestuarista do Alto Vale do Itajaí é concebido como uma aglomeração industrial informal, especialmente em função da pouca organização e articulação das empresas locais, apesar de essa atividade gerar inúmeros postos de trabalho. No decorrer do estudo empírico, verificou-se, igualmente, o despreparo dos empresários locais, tanto em termos de mercado, tecnologia, fortalecimento institucional e cooperativo quanto em termos de utilização de novas práticas que integrem a dimensão socioambiental. Se, por um lado, os empresários estão despreparados; por outro, as instituições de apoio (educacional e financeira) ao setor, entidades de classe e órgãos públicos também não conseguem encontrar meios para organizar e estruturar essa atividade.

Além disso, foi possível identificar que as principais características dos processos de cooperação e de parceria existentes junto à aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí estão pautadas nas relações comerciais, conforme os dados sintetizados a seguir:

Quadro 2: Características do processo de cooperação no seio das empresas da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí

Características	Micro	Pequena	Média
Principais parceiros em atividades cooperativas	Fornecedores, clientes e representação.	Fornecedores e clientes.	Fornecedores, clientes, universidades, representação.
Principais objetivos da cooperação	Capacitação de RH.	Capacitação de RH, relação com a comunidade local e compra de insumos e de equipamentos.	Capacitação de RH e articulação com outros segmentos da região.
Localização dos agentes cooperativos	Principalmente da região do Vale do Itajaí (com exceção dos fornecedores em âmbito nacional).	Dentro e fora do arranjo, principalmente no âmbito nacional.	Dentro e fora do arranjo, principalmente no âmbito nacional e, em menor quantidade, no exterior.
Coordenação das relações	Por grandes empresas e médias empresas de dentro e fora da região – que fazem parte de redes verticais e horizontais (de subcontratação); Por micro e pequenas empresas que estão fora das redes técnico-produtivas.	Por médias empresas quando integrantes de redes verticais e horizontais; Pelas próprias pequenas empresas quando coordenam redes verticais e/ou horizontais.	Pelas próprias médias empresas (grupo, <i>joint venture</i> , etc.) que coordenam redes verticais e horizontais.
Principais resultados obtidos com a cooperação	Melhoria nos processos produtivos, na capacitação de RH, comercialização e qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, seguidas das condições de fornecimento dos produtos e, por fim, da qualidade dos produtos.	Melhorias na capacitação de RH, qualidade dos produtos e promoção de nome/marca da empresa no mercado nacional.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

Percebe-se, por meio do Quadro 2⁷, que os principais parceiros, para todas as empresas do aglomerado, são fornecedores e clientes. As relações entre as empresas do setor são, entretanto, reduzidas, salvo aquelas existentes entre as que prestam serviços e que não produzem o mesmo bem ou serviço, especialmente entre empresas chamadas “marca própria” e os faccionistas, conforme exposto a seguir:

7 Os dados apresentados neste quadro sinótico são fruto de inúmeras tabelas obtidas na pesquisa de campo realizada no universo de 53 empresas da região. Ver Menezes (2009).

Confeccionistas são unidos através do sindicato, já os faccionistas, não temos uma associação. A relação entre os confeccionistas e os faccionistas atualmente está mais séria, antes havia muitos calotes. Profissionalmente houve melhor convívio (representante da Prefeitura de Laurentino).

Evidencia-se que as opiniões convergem no reconhecimento da existência de parcerias entre as empresas da região e os órgãos públicos e entidades de classe, especialmente nos municípios menores. Isso se deve, certamente, ao fato de os empresários sediados nesses municípios menores disporem de condições restritas de acesso às instituições de apoio, especialmente de ensino, sediadas em Rio do Sul. Nesse sentido, em função desse isolamento, os incentivadores dessa atividade, nos municípios menores, são o poder público, unido às associações empresariais e aos empresários, que geralmente se organizam para contribuir com a formação da mão de obra local. A parceria converge, entretanto, apenas nas ações isoladas, como as citadas anteriormente.

Importa destacar que a presente linha de argumentação, inspirada nos trabalhos de Courlet e Soulage (1994), sugere que, na região em pauta, os nexos de reciprocidade entre os agentes desse segmento são ainda muito tênues. Leva-se, ainda, em conta que as empresas de confecções com marca própria, que demandam serviços das facções, operam geralmente fora da microrregião. Elas não conseguem, de fato, desenvolver o “senso do lugar”, ou seja, uma relação identitária de apego ao território, o que torna os laços de reciprocidade fracos.

Reconhece-se, ainda, que apenas uma relação de complementaridade entre as esferas do mercado e das trocas cooperativas pode favorecer a criação de arranjos produtivos locais integrados e mobilizadores de MPEs (COURLET & SOULAGE, 1994). Assim, se forem entregues à lógica do mercado concorrencial, os pequenos empreendedores, predominantes no aglomerado vestuarista do Alto Vale, provavelmente não conseguirão sobreviver sem apelar para os esquemas convencionais de sonegação ou exploração da mão de obra. Constata-se que, de certa forma, é isso que vem ocorrendo no contexto da aglomeração industrial têxtil-vestuarista do Alto Vale do Itajaí.

A partir da reflexão e do quadro sinótico anterior, baseado na tipologia de Bourque (2000), também foi possível observar que a atual estrutura desse segmento é baseada em um modelo de governança híbrido, orientado, predominantemente, por uma governança de mercado, porém coexistindo com modos de coordenação hierárquica. A coordenação interempresarial vem, com efeito, sendo polarizada por empresas maiores. No caso da aglomeração do Alto Vale do Itajaí, verifica-se que muitas das grandes e médias empresas subcontratantes de serviços e que constituem o ponto inicial da rede são de outras microrregiões, geralmente do Médio e do Baixo Vale do Itajaí. Assim, além dessas redes de subcontratação, formadas nesse aglomerado, criarem uma relação de dependência entre empresas maiores e as menores, elas não são originárias da microrregião em questão, o que acarreta menos preocupação com a qualidade de vida dentro do território (Alto Vale do Itajaí).

Partindo dessas constatações, observa-se que os mais significativos entraves à ação dessa aglomeração, na microrregião, estão relacionados à falta de cooperação (COURLET & SOULAGE, 1994; REDESIST, 2007). Essa falta de cooperação é, evidentemente, fruto de bloqueios que estão sintetizados no Quadro 3:

Quadro 3: Bloqueios à cooperação

Bloqueios de natureza técnica e de organização do setor	Bloqueios de natureza sociocultural e sociopolítica
Baixa divisão do trabalho dentro do setor e natureza do produto;	Empresários que perderam a solidariedade mecânica/ primária existentes nas domingueiras agrícolas;
Diferentes padrões tecnológicos;	Exploração da mão de obra local com ritmo intensivo de trabalho;
Ausência de mão de obra qualificada;	Origem externa ao território das empresas subcontratantes dos serviços;
Ausência de política equitativa de apoio ao crédito (desde as médias às MPEs);	Despreparo das instituições e de entidades de classe em mobilizar e fortalecer a participação e a organização do setor;
Despreparo e pouco apoio das instituições de ensino e formação locais;	Pouca articulação entre o poder público local e as instituições de apoio ao setor;
Ausência de instituições de pesquisa e de desenvolvimento.	Modelo de governança híbrido, predominantemente governança de mercado, coexistindo com a hierárquica (corporativa).

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

O Quadro 3 oferece, portanto, uma síntese dos principais entraves  constituio de um tecido cooperativo na região estudada. Relativamente aos entraves técnicos e de formao, destaca-se o problema gerado pelos padrões de divisão “social” do trabalho vigente. As empresas concentram-se, de fato, apenas na etapa da costura e acabamento. Evidencia-se que poucas realizam outras atividades a jusante ou a montante da cadeia produtiva, o que acaba criando mais rivalidades do que projetos cooperativos. Assim, a existência de diferentes padrões tecnológicos dificulta os esquemas de subcontratao e a manuteno da qualidade dos serviços e dos produtos, uma vez que uma empresa de porte médio que subcontrata serviços de uma microempresa tende a exigir a reproduo dos mesmos padrões de eficiência já alcançados.

Importa frisar que a persistência de antagonismos provocados pelas deficiências na qualificao da mão de obra pode ser interpretada levando-se em conta os fluxos migratrios⁸ que viabilizam as atividades do ramo de confeco. A cooperao tem sido, igualmente, bloqueada pelas dificuldades de acesso  escolas de formao técnica – por carência de recursos financeiros ou pelas distâncias a serem vencidas no acesso aos centros de profissionalizao. Além disso, a fragilidade das políticas de apoio ao crédito situa as empresas em patamares diferenciados: as empresas de maior porte conseguem garantir fontes regulares de financiamento, em contraste com aquelas de menor porte, menos estruturadas e mais carentes. Desse modo, a ausência de institutos de pesquisa e de desenvolvimento vinculados ao setor constitui, também, um entrave  cooperao e  adaptao das tecnologias  realidade local. Constata-se que todos esses problemas e dificuldades distanciam, de certa forma, os empresários locais.

Quanto aos obstáculos de natureza sociocultural, cabe novamente mencionar o enfraquecimento progressivo dos laços de solidariedade genuína que predominavam nas *domingueiras agrícolas*, espécie de reuniões de agricultores que fomentaram o desenvolvimento de um banco para desenvolvimento regional, aspecto bastante reforçado nas entrevistas com os atores-chave. Enfatiza-se

8 Migrao dos trabalhadores rurais para as atividades de confeco.

que esse enfraquecimento ocorre, também, sob a influência da consolidação das relações de produção capitalista que acelerou o processo de fragmentação do tecido social, reforçou o individualismo e minou as práticas baseadas em relações de proximidade, confiança e reciprocidade. A defasagem técnica teve, evidentemente, consequências negativas na região estudada, pois hipertrofiou a competição pelo aumento de produtividade e, conseqüentemente, alimentou a exploração da mão de obra e o aumento do ritmo e da intensidade do trabalho nas linhas de produção.

É preciso destacar, também, que se constata, quanto aos padrões de articulação institucionais, certo despreparo das instituições e das entidades de classe na mobilização e no fortalecimento da participação e da organização da atividade, agravadas pela pouca articulação entre o poder público local e as instituições de apoio ao segmento. Nesse sentido, conclui-se que a busca de produtividade máxima e a redução máxima dos custos de produção são as diretrizes estratégicas que norteiam o funcionamento das empresas vinculadas ao segmento têxtil-vestuarista na região. Esses bloqueios estão, portanto, imersos numa situação de carência de institucionalização e de formas de cooperação interinstitucional que dinamizem o aglomerado. Coloca-se, nessa perspectiva, um impasse de coordenação e de estruturação das ações produtivas no território, o que aumenta a incidência de impactos socioambientais (VIEIRA, 2006; SACHS, 2007).

5. Impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista da microrregião do Alto Vale do Itajaí

No âmbito dos impactos socioambientais, as atividades com maior potencial de degradação desse setor são as lavanderias, estamparias e tinturarias. Percebe-se que as lavanderias são extremamente importantes para a dinâmica industrial local, uma vez que a microrregião vem-se especializando na produção do jeans. Essa etapa da cadeia produtiva requer, no entanto, elevado consumo do recurso hídrico e uma série de procedimentos por parte das empresas quanto ao tratamento dos dejetos que são lançados novamente aos rios regionais. Além desse aspecto, chama-se a atenção para os resíduos sólidos produzidos por essa atividade, denominados lodo industrial.

Esse resíduo, em geral, é descartado nos aterros industriais de Blumenau e arredores, sem contar os restos de tecido, que atualmente vêm sendo doados ou vendidos para reciclagem ou para a queima em caldeiras. Alguns problemas com o lodo das lavanderias e com a poluição dos recursos hídricos locais já ocorreram, entretanto, na região, o que é corroborado pela fala a seguir:

Os empresários locais largam seus dejetos muitas vezes à noite, feriados ou fins de semana. A polícia ambiental fiscaliza a partir das denúncias. Cerca de 20 autuações já foram feitas relativas às lavanderias na região (representante Polícia Ambiental).

Embora o aparato de gestão ambiental pública exista, percebe-se que sua ação é ainda incipiente. Dentre os principais entraves da gestão ambiental pública, tem-se: o sucateamento de equipamentos; a falta de pessoas para realização de laudos e acompanhamento do trabalho dessas empresas; e, por fim, o “velho” e conhecido clientelismo que circunda a realidade dessas organizações públicas e que prejudica e compromete a qualidade do meio ambiente local. Salienta-se que todos esses aspectos foram reforçados durante as entrevistas realizadas junto aos órgãos ligados à gestão ambiental pública e ONGs ambientalistas.

Outro aspecto levado em consideração na pesquisa de campo, que, segundo Sánchez (2006), é preponderante, foi o da postura do empresário local e a sua racionalidade diante da questão socioambiental. Essa questão é, com efeito, retratada no quadro a seguir:

Quadro 4: Postura do empresário local e a sua racionalidade quanto à questão socioambiental

Características	Micro	Pequena	Média
Seleção dos fornecedores	Preço e condições de pagamento.	Preço e condições de pagamento.	Preço e condições de pagamento e transporte facilitado.
Prática de gestão ambiental (há mais de dois anos)	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel e venda ou doação de restos de tecidos.	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel e venda ou doação de restos de tecidos.	Coleta de lixo seletiva, prática de economia de papel, prática de consumo de energia, destinação adequada para seus resíduos; promove, ainda, campanhas para seus trabalhadores e comunidade local sobre a questão ambiental.

Características	Micro	Pequena	Média
Impactos ambientais gerados	Não causa nenhum problema de grande impacto ambiental.	Não causa nenhum problema de grande impacto ambiental.	Não causa nenhum problema de grande impacto ambiental.
Ações conjuntas entre as empresas em prol do MA	Desconhece as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região.	Desconhece as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região.	Desconhece as discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região.
Problemas enfrentados junto à comunidade local	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local.	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local.	Não enfrenta qualquer problema com a comunidade local.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

Percebe-se, por meio do Quadro 4⁹, que a visão do empresário local é, ainda, a do curto prazo, pois, quando questionados sobre a escolha dos fornecedores, os elementos preço e condições de pagamento são colocados como essenciais, mesmo em meio às pequenas e médias empresas, um pouco mais estruturadas financeiramente. No que se refere às práticas de gestão, além da coleta seletiva, que é uma exigência do próprio poder público municipal, e a venda ou doação de restos de tecido, as demais técnicas de gestão relativas ao consumo de água, energia, apoio à conscientização ambiental, entre outras, são desconhecidas ou não praticadas pela maioria dos empresários. Quanto aos impactos ambientais, a grande parte não considera sua atividade causadora de impacto ambiental e desconhece a relação da degradação dos seus fornecedores de insumos. A fala a seguir expressa, todavia, o contrário:

Existem muitas denúncias contra as ações das empresas frente ao tratamento dos efluentes. Elas estão atuando de maneira desregular, pois começaram pequenas e o movimento fez com que crescessem, porém as empresas não investiram no aumento do sistema de tratamento de efluentes. Os empresários não têm consciência

9 Os dados apresentados neste quadro sinótico são fruto de inúmeras tabelas obtidas na pesquisa de campo realizada no universo de 53 empresas da região. Ver Menezes (2009).

das suas ações, os empresários só realizam ações em favor do MA quando eles necessitam de financiamento ou quando são multados (representante da FATMA – técnico).

Em relação à ação conjunta das empresas em prol do meio ambiente, a maioria dos empresários desconhece, ou conhece, mas não participa das discussões e instituições que colocam em debate os problemas ambientais da região, além de praticamente desconhecer as ações das ONGs ambientalistas da microrregião.

É possível ressaltar, também, impactos sociais que integram o rol de impactos socioambientais na microrregião. Apesar de a microrregião possuir características agrícolas, observa-se, nos últimos anos, uma migração dos agricultores e filhos de agricultores, em função da decadência da agricultura familiar, para outras atividades. Uma dessas atividades, sendo mais comum entre a mulher agricultora, é a do vestuário. Muito embora o segmento de confecção seja mais propenso às mulheres, no decorrer do estudo empírico, percebeu-se que muitos homens jovens estão procurando trabalhar nessa atividade, em razão da abundância de oportunidades de emprego. Além dessas transformações, observam-se mudanças no contexto laboral, pois os trabalhadores que vêm da agricultura, habituados ao trabalho pesado, são mais dispostos a permanecer na atividade têxtil-vestuarista, cujo ritmo de trabalho é intenso e frenético. Esse ritmo intenso de trabalho vem acarretando, entretanto, inúmeros problemas de saúde a uma grande gama de trabalhadores do setor. Tal fato é, com efeito, agravado pela informalidade. Como consequência desse circuito da informalidade, tem-se dificuldades, por um lado, mercadológicas, com a queda do preço por serviço prestado; e, por outro lado, de saúde pública, especialmente pela LER (lesão por esforço repetitivo) e depressão.

Então, concluiu-se, durante o trabalho de campo, que, embora a agricultura e a indústria de confecção estejam situadas em universos distintos, com formas de produção e trabalho diferentes, no Alto Vale do Itajaí, essas atividades começam a ter uma relação mais estreita. Importa salientar que o grande problema desse estreitamento de relações está na aquisição de hábitos mais urbanos por parte dos agricultores, o que contribui para modificar seus

costumes, seus modos de vida e suas tradições (VANCLAY, 2003). É preciso destacar, também, a larga dependência dos municípios do Alto Vale do Itajaí ao segmento do vestuário, criando uma monocultura no âmbito industrial. Além disso, aos poucos, a atividade agrícola está dando espaço à atividade do reflorestamento de espécies exóticas, como consequência dessa migração dos trabalhadores da agricultura para outras atividades industriais. No caso do Alto Vale do Itajaí, verifica-se que essa microrregião é composta por inúmeras nascentes do Rio Itajaí-Açu. Assim, essa migração, dando margem à exploração da atividade de reflorestamento com espécies exóticas, principalmente do eucalipto, cria uma série de problemas socioambientais com abrangência macrorregional.

Embora se reconheçam os inúmeros problemas dessa relação indústria *versus* agricultura, é preciso apontar impactos positivos. Nota-se que o trabalho na atividade vestuarista vem suprir as deficiências financeiras e econômicas das famílias desses agricultores. Sem contar a diminuição da produção do fumo e do arroz, atividade que é altamente degradante. Salienta-se que a grande questão está em buscar o equilíbrio das atividades agrícolas *versus* as atividades industriais e urbanas. Da maneira como está sendo conduzida essa migração na microrregião, pode-se constatar que um impacto social, na vida das propriedades agrícolas, gera, por sua vez, como consequência, um impacto ambiental (VANCLAY, 2003).

A partir de toda essa reflexão, é possível, portanto, concluir que ainda faltam alguns elementos para que o conjunto dessa atividade contribua, efetivamente, com um tipo de desenvolvimento baseado em pressupostos socioeconômicos, sociopolíticos e socioambientais. A ausência de uma governança local, coordenada, acarreta inúmeras das fragilidades descritas no decorrer deste artigo. Isso significa, evidentemente, dizer que *a pouca cooperação, que dificulta a configuração de uma governança territorial negociada e articulada com o conjunto dos atores locais, acarreta a incidência de impactos socioambientais sobre o território*. Constata-se que os próprios empresários e representantes de instituições de apoio reconhecem que a visão do conjunto dessa indústria tem grande apelo individualista e que o jogo do mercado prevalece. Assim, o estímulo ao fortalecimento de uma governança em parceria nas empresas do

setor têxtil-vestuarista proporcionaria espaços de manobra propícios à formulação de estratégias alternativas de desenvolvimento para a microrregião em questão (BOURQUE, 2000).

De acordo com a perspectiva adotada neste artigo, cabe evidenciar que a governança em parceria deveria estar pautada em novos pressupostos; na inter-relação da economia a uma perspectiva social e ecológica mais ampla, com intuito de construir novas formas de articulação e de negociação entre as esferas pública, privada e a economia social (Andion; Serva; Lévesque, 2006). Nesse sentido, as formas econômicas estão encastradas no social e no ambiental e, por esse motivo, devem estar inseridas numa noção mais ampla do desenvolvimento. No caso estudado, percebe-se que, apesar de haver um conjunto de empresas do segmento têxtil-vestuarista concentradas na microrregião, elas ainda têm dificuldade de incorporar outras preocupações que vão além do campo econômico. Os avanços no campo socioeconômico não têm sido, portanto, acompanhados por avanços nos campos sociopolítico e socioambiental.

Considerações finais

O setor de confecções tem contribuído para aquecer o mercado de trabalho no Alto Vale do Itajaí e possibilita, assim, uma redução parcial das migrações campo-cidade. Constata-se que a preocupação com a coordenação interinstitucional e com a internalização efetiva da dimensão socioambiental nas práticas produtivas tem permanecido, no entanto, claramente em segundo plano.

As análises oferecidas comprovam, efetivamente, que esse aglomerado está ainda muito distante da imagem de um arranjo produtivo local, cujo desempenho baseia-se em relações de reciprocidade e de cooperação, na linha do aprendizado obtido com as experiências dos distritos industriais italianos (BECATTINI, 1999; BAGNASCO, 1999).

É importante, entretanto, ressaltar que se trata de um aglomerado informal ainda em fase de constituição, com reduzido potencial de inovação técnica. São tênues os laços de reciprocidade fundados numa relação de proximidade geográfica. Além disso, a utilização da base de recursos naturais vem sendo promovida de maneira a hipertrofiar o cálculo econômico de curto prazo, o produtivismo e

a concorrência baseada na produção *standardizada*, em detrimento da promoção de relações de ajuda mútua, de sinergias interfirmas, da competitividade sistêmica e da qualidade de vida do conjunto da população. Salienta-se que as evidências sugerem que os *stakeholders* da cadeia produtiva têxtil-vestuarista, no Alto Vale, não alcançaram ainda o nível de consciência e de motivação necessário à criação de uma oferta combinada e coerente de atributos territoriais, como parte de uma dinâmica inventiva e participativa de criação de *vantagens diferenciadoras* (CARRIÈRE & CAZELLA, 2006; PECQUEUR, 2005). Em outras palavras, os empresários não estão, ainda, preocupados com uma dinâmica participativa de *construção territorial*.

Ressalta-se que a ótica territorial continua, assim, carente de uma base social consistente. Vale a pena destacar, também, que as regras de jogo internalizadas nesse aglomerado refletem a reprodução de uma política de gestão territorial aparentemente descentralizadora, mas de fato ainda parcial e imbuída das patologias típicas do conjunto do sistema político brasileiro: conservadorismo, autoritarismo, clientelismo e “elitização” dos frutos do desenvolvimento local por um número reduzido de atores (CAZELLA, 2006). Assim, a linha de argumentação aqui apresentada leva a crer que a ausência de uma ótica territorial consistente converge para a não preocupação com as questões socioambientais. Na região em questão, diagnosticaram-se inúmeros impactos socioambientais desse segmento, o que corrobora com argumentação, até então, exposta (Quadro 5):

Quadro 5: Síntese dos impactos sociais e ambientais da aglomeração industrial do vestuário do Alto Vale do Itajaí

Tipos de impactos	Vetores da degradação	Resultado dos impactos do aglomerado
Sobre o uso do solo	Ação das lavanderias	Geração de resíduos sólidos poluentes (restos de tecidos e de materiais tóxicos)
Sobre os recursos hídricos		Contaminação dos recursos hídricos
Sobre a fauna e a flora	Atratividade do setor	Êxodo rural, parcelamento das propriedades e silvicultura predatória
Sociais		Mudanças na estruturação familiar e perda de identidade cultural

Fonte: Elaborado pela autora a partir de pesquisa de campo.

O Quadro 5 relaciona, efetivamente, os principais vetores de degradação socioambiental associados ao funcionamento do aglomerado. Desse modo, ajuda na tomada de consciência dos custos indiretos ou “camuflados” de sua dinâmica. Importa destacar, todavia, o surgimento de iniciativas governamentais que apontam no sentido da melhoria da qualidade ambiental na região. Além disso, em vários depoimentos, emergem referências a uma tomada progressiva de consciência da importância da variável socioambiental na massa da população. Enfatiza-se, por fim, que as iniciativas, ainda que embrionárias, da ancoragem territorial de um conjunto bastante expressivo de MPes, a existência de instituições locais – empresas, poder público, instituições de apoio –, somada às organizações regionais da sociedade civil preocupadas com as questões socioambientais, poderão contribuir para a constituição de fóruns interinstitucionais que coloquem em evidência boas práticas de dinamização territorial. Em suma, tais fóruns poderiam tornar-se espaços propícios à concertação social.

Recebido em 23.11.2009

Aprovado em 28.2.2010

Referências

- ANDION, C.; SERVA, M. & LÉVESQUE, B. O debate sobre economia plural e sua contribuição para o estudo das dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia** – desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos, vol. 4, num. especial, dez. Florianópolis, 2006.
- BAGNASCO, A. Desenvolvimento regional, sociedade local e economia difusa. In: COCCO, G.; URANI, A. & GALVÃO, A.P. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A., 1999.
- BECATTINI, G. Os distritos industriais na Itália. In: COCCO, G.; URANI, A. & GALVÃO, A. **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. Rio de Janeiro: DP&A 1999.
- BENKO, G. **Economia espaço e globalização: na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.

BOURQUE, G. **De l'ancienne à la nouvelle économie: un processus de modernisation sociale de l'industrie.** Cahiers du CRISES. Coleção Working Papers, n. ET0006. 2000.

CARRIÈRE, J-P. & CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia – desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**, vol. 4, num. especial, dez. Florianópolis, 2006.

CAZELLA, A. Contribuições metodológicas da sócio-anthropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia – desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos**, vol. 4, num. especial, dez. Florianópolis. 2006.

COURLET, C. & SOULAGE. **Industrie, territoires et politiques publiques.** Paris: L'Harmattan., 1994.

_____. **Territoires et régions, les grands oubliés du développement économique.** Paris: L'Harmattan, 2001.

DANSEREAU, P. Introdução: a ética ecológica e a educação para o desenvolvimento sustentável. *In*: VIEIRA, P.F. & RIBEIRO, M.A. (Orgs.). **Ecologia humana, ética e educação: a mensagem de Pierre Dansereau.** Pallotti. Porto Alegre, 1999.

LASTRES, H.M. & CASSIOLATO, J. Sistemas de inovação e arranjos produtivos locais: novas estratégias para promover a geração, aquisição e difusão de conhecimento. **Revista Centro de Ciências Administrativas**, v. 9, n. 2, p. 189-195, dez. Fortaleza, 2003.

LE MOS, C. **Micro, pequenas e médias empresas no Brasil: novos requerimentos de políticas para a promoção de sistemas produtivos locais.** 2003. 269 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

LENZI, C. Em busca de novas alternativas para o Vale do Itajaí: uma reflexão a partir do debate sobre o esgotamento do “Modelo Catarinense”. *In*: THEIS, I.; MATTEDI, M. & TOMIO, F. (Orgs.). **Novos olhares sobre Blumenau.** Blumenau: FURB, 2000.

LÉVESQUE, B. **Le partenariat: une tendance lourde de la nouvelle gouvernance à l'ère de la mondialisation.** Enjeux et défis pour les entreprises publiques et d'économie sociale. Cahiers du CRISES. Avril, 2001.

LINS, H.N. Arranjo produtivo têxtil-vestuarista da Região do Vale do Itajaí. *In: Programa Estratégico de Desenvolvimento com Base na Inovação: Relatório Geral*. Florianópolis: UFSC/PPGE/NEITEC, 2005.

MAILLAT, D. Milieux innovateurs et dynamique territoriale. *In: RALET, A. & TORRE, A. (Hrsg). Economie industrielle et economie spatiale*. Paris: Economica, 1995.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

MENEZES, E.C. de Oliveira. **Industrialização e meio ambiente no estado de Santa Catarina**: estudo de caso sobre a evolução e os impactos socioambientais do segmento têxtil-vestuarista na microrregião do Alto Vale do Itajaí. 2009. 317 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2009.

PIORE, M. & SABEL, C. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. Basic Books. New York, 1984.

PORTER, M. Aglomerados e Competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. *In: Competição*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RAIS. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95**. CD Rom. Brasília, 2006.

_____. **Dados do número de empresas e emprego divisão CNAE 95**. CD Rom. Brasília, 2007.

REDESIST. Disponível em: <<http://www.redesist.ie.ufjf.br>> . Acesso em: 30 abr. 2007.

SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento**: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, FUNDAÇÃO, 1993.

SANCHEZ, L.E. **Les roles des études d'impact des projets miniers**. 1989. 305 f. Tese (Doutorado em Economia dos recursos naturais e

desenvolvimento) – L'École National Superieur des Mines de Paris, 1989.

_____. Avaliação de impacto ambiental e seu papel na gestão de empreendimentos. *In*: VILELA JUNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: Senac, 2006.

SCHMITZ, H. Collective efficiency and increasing returns. *IDS Working*, v. 50, Mar. 1997a.

_____. Eficiência coletiva: caminho para o crescimento da indústria de pequeno porte. *Ensaio FEE*, vol. 18, num. 2. Porto Alegre, 1997b.

TRIVIÑOS, A.N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VANCLAY, F. International Principles for social Impact Assessment. **Impact Assessment and Project Appraisal**, vol. 21, num. 1, mar. 2003.

VEIGA, J.E. **Empreendedorismo no Brasil**. Disponível em: www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos. Acesso em: jan. 2006. (Relatório de pesquisa)

VIEIRA, P.F. Gestão de recursos comuns para o ecodesenvolvimento. *In*: VIEIRA, P.F.; BERKES, F. & SEIXAS, C.S. (Orgs.). **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**. Florianópolis: Secco, APED., 2005.

_____. Rumo ao desenvolvimento territorial sustentável: esboço de roteiro metodológico participativo. *Eisforia – desenvolvimento territorial sustentável: conceitos, experiências e desafios teórico-metodológicos*, vol. 4, num. especial, dez. Florianópolis, 2006.

VIEIRA, P.F. & CAZELLA, A. (Org.). **Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina**. Florianópolis, 2004. (Modelo de análise referente ao projeto de pesquisa - mimeo)

VIEIRA, P.F. & CUNHA, I.J. Repensando o desenvolvimento catarinense. *In*: VIEIRA, P.F. (Org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002.

Abstract

Industrial agglomeration and the environment in debate: the case of the textile-clothing sector within the micro-region of the Alto Vale do Itajaí – Santa Catarina

This article looks at the genesis of and transformations within the textile-clothing industry in the upper Itajaí Valley micro-region, state of Santa Catarina, during the 1990s. We attempt to describe and evaluate its major forms of social and environmental impact. Our research employs both qualitative and quantitative approaches, combining semi-structured interviews with question forms applied to the key-actors. Results show that this industrial clustering is informal in nature and characterized by low levels of inter and intra-firm cooperation. Further findings reveal the limitations of the industry's engagement with social and environmental issues, and with the long term, in general. From a socio-environmental perspective, the industry's activity within this region has propagated numerous biophysical and social effects. Nonetheless, there is also some indication of actions suggesting a gradual internalization of social-environmental issues on the part of local actors.

Keywords: Sustainable territorial development, industrial clustering, social and environmental impacts.

